



## AVISO DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

Nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 12.º, n.º 1 (Transparência das informações, das comunicações e das regras para exercício dos direitos dos titulares dos dados) e no artigo 13.º (Informações a facultar quando os dados pessoais são recolhidos junto do titular) do Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho de 27 de abril de 2016, relativo à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à livre circulação desses dados e que revoga a Diretiva 95/46/CE (Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados, “RGPD”), o Supremo Tribunal de Justiça presta a seguinte informação ao utilizador do website [www.stj.pt](http://www.stj.pt):

### 1. IDENTIDADE E CONTACTOS DO RESPONSÁVEL PELO TRATAMENTO E CONTACTOS DO ENCARREGADO DA PROTEÇÃO DE DADOS.

- Entidade: Supremo Tribunal de Justiça
- Endereço: Praça do Comércio, 1149-012 Lisboa
- NIPC: 600.019.039
- Tel.: + (351) 213 218 900
- Encarregado da Proteção de Dados: [EncarregadoProtecaoDados@stj.pt](mailto:EncarregadoProtecaoDados@stj.pt)

### 2. FINALIDADES E FUNDAMENTO JURÍDICO DO TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS.

O Supremo Tribunal de Justiça efetua o tratamento dos dados pessoais de contacto e de identificação dos utilizadores do website (tais como nome, endereço de correio eletrónico), por ser necessário ao exercício de funções de interesse público (artigo 6.º, 1, e) do Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados), para as seguintes finalidades:

- Informação institucional;
- Resposta a solicitações de contacto e a pedidos de informações;
- Registo e inscrição em eventos, colóquios e conferências.

Em caso algum os dados pessoais facultados através do website serão cedidos a terceiros ou transferidos para fora do Espaço Económico Europeu (EEE) sem o consentimento prévio e inequívoco do titular dos dados.

### 3. PRAZO DE CONSERVAÇÃO DOS DADOS PESSOAIS.

O Supremo Tribunal de Justiça apenas conserva os dados pessoais durante o período necessário ou obrigatório para o cumprimento das finalidades acima descritas, aplicando critérios de conservação dos dados apropriados a cada tratamento.

### 4. DIREITOS DO TITULAR DOS DADOS.

Nos termos da legislação aplicável em matéria de proteção de dados pessoais, o titular dos dados pode exercer, a todo o tempo e de forma gratuita, os direitos de acesso, retificação, apagamento, limitação, oposição e portabilidade, através de solicitação escrita remetida por um dos seguintes meios:



**SUPREMO  
TRIBUNAL  
DE JUSTIÇA**

- Supremo Tribunal de Justiça (STJ) – A/C Encarregado da Proteção de Dados  
Praça do Comércio, 1149-012 Lisboa.
- Email: [EncarregadoProtecaoDados@stj.pt](mailto:EncarregadoProtecaoDados@stj.pt)

**5. AUTORIDADE DE CONTROLO.**

O titular dos dados tem o direito de apresentar reclamação à autoridade de controlo competente, a Comissão Nacional de Proteção de Dados (CNPd): Av. D. Carlos I, 134, 1.º 1200-651 Lisboa, [www.cnpd.pt](http://www.cnpd.pt).

Última atualização: 04/03/2024.